



MANIFESTO EM DEFESA DA BIBLIOTECA ESCOLAR

No contexto do projeto de ensino-aprendizagem, a biblioteca escolar apresenta-se como um centro de aprendizagem cuja função pedagógica está relacionada a: a) uma ação em prol da leitura, do incentivo à criação do gosto e hábito de ler; b) a pesquisa escolar e ao trabalho intelectual que proporcionarão ao educando meios para melhor desempenhar seus papéis sociais; e c) a ação cultural com vistas a favorecer o entendimento da identidade do cidadão no espaço onde vive. A biblioteca escolar não somente lida com as demandas do aluno, mas, sobretudo, atua no contexto do projeto político-pedagógico da escola, através do trabalho conjunto com o professor e a gestão escolar.

Segundo o Manifesto da UNESCO, a biblioteca escolar é o espaço que "[...] promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios", ou seja, competentes em informação.

As entidades e pessoas físicas que assinam este Manifesto expõem sua preocupação com o momento pelo qual passa a educação no Brasil, com baixos índices de aprendizagem dos alunos, mensurados tanto pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) quanto pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), demonstrando que eles não possuem competência em leitura e escrita. Diante deste fato, acredita-se que se as instituições de ensino investirem na criação de espaços de bibliotecas bem equipadas, com acervos que atendam ao projeto político pedagógico das escolas e administradas por profissionais Bibliotecários, esta triste realidade poderá sofrer significativa transformação.

Alguns documentos elaborados pelo Ministério da Educação apontam para a importância da biblioteca na prática da leitura e escrita, um dos maiores problemas da educação atualmente, dentre estes citam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que, no módulo de Língua Portuguesa, cita a biblioteca como um espaço apto a influenciar e incentivar a prática da leitura e escrita.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) distribui **acervos** para bibliotecas escolares. No que pese ser esta a única iniciativa desenvolvida no âmbito da federação para as bibliotecas escolares, é tácito afirmar que tal Programa não atende as expectativas do contexto no que se inserem as discussões apresentadas, pois, se as escolas não possuem bibliotecas e muito menos bibliotecários, como está sendo dinamizado este acervo?

De fato, os diagnósticos existentes no país acerca das condições das bibliotecas escolares bem como as decisões emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU) em seus Acórdãos nº604/2004 e nº1287/2005 apontam que a grande maioria dos responsáveis técnicos e diretores das escolas não tem noção dos serviços que podem ser oferecidos. Isso impede que muitas oportunidades sejam criadas e que essas bibliotecas atuem como ambientes de busca e aprimoramento de conhecimentos. Os diretores das escolas e os responsáveis técnicos não têm domínio sobre a concepção de seu funcionamento e se arriscam a opinar, apontando o espaço físico como única diferença entre biblioteca e sala de leitura: a biblioteca seria aquela com maior espaço físico, a despeito da constituição do acervo, serviços oferecidos e nível de tratamento das obras. Ainda é oportuno destacar que, na maioria dos casos, o horário de atendimento não é regular nem suficiente para atender aos alunos, sendo que os raros frequentadores pouco usam ou sabem das suas poten-

cialidades em termos de serviços, pois os dados do Censo Escolar 2004, que destaca que 51,7% dos alunos do ensino básico e profissional dispõem de bibliotecas escolares, não permitem inferir que estes discentes, de fato, usem-na ou pelo menos, reconheçam a existência deste espaço para mediar seu processo de ensino-aprendizagem.

Considerando que uma das atividades a ser desenvolvida pela biblioteca escolar é o incentivo à leitura, o Instituto Pró-Leitura (IPL) efetuou, no primeiro semestre de 2008, a segunda edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que se constitui no principal estudo sobre o comportamento do leitor no País, na expectativa de contribuir para a avaliação dos impactos das políticas públicas que possibilitam o acesso ao livro e à leitura, visando identificar as que efetivamente trouxeram resultados no incentivo do hábito de ler. Dentre suas conclusões, com relação aos dados levantados sobre o uso de bibliotecas, a pesquisa aponta para a necessidade de a escola assumir verdadeiramente seu papel de formadora de leitores, intensificando sua ação em todas as direções que se relacionam com o gosto pela leitura.

Ressalte-se que biblioteca escolar, enquanto ente representativo de um espaço de aquisição e disseminação de cultura e informação, apresenta-se carente de um serviço cidadão, no sentido de que não se pode viabilizar um processo de democratização da informação sem amplo acesso aos meios de cultura, uma vez que a existência está condicionada única e exclusivamente à presença de acervo e não à oferta de serviços capazes de promoverem o acesso aos saberes registrados nos artefatos culturais que a biblioteca escolar deve disponibilizar.

Nessa abrangência, o Sistema CFB/CRB compreende que o trabalho da biblioteca escolar há de ter como ponto de partida o contexto da escola, seu projeto pedagógico e a cultura geral que compõe o conjunto de saberes que fundamentam e dão sentido ao modo de vida e à existência de cada membro da comunidade escolar. Isto implica analisar uma dada realidade, refletindo sobre as condições existentes e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades ou para alcançar os objetivos desejados pela proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da escola.

O gasto de numerário público, como já destacado, em acervo, principalmente com livros, verba que, em última instância, deixa os cofres públicos a partir da arrecadação efetuada por meio do contribuinte, configura-se em desperdício e malbaratação do patrimônio cultural que falsamente está sendo construído, pois a informação não cumpre o seu potencial de circulação, seja em termos sociais ou geográficos, melhorando o nível de conhecimento do alunado e dos educadores em geral.

Mais do que propor o exato modelo de bibliotecas escolares, o Sistema CFB/CRB reivindica o respeito aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, no que tange ao direito do cidadão em ter acesso a um espaço no qual a informação concretiza seu papel social, democratizante, vez que não se pode pretender que o acervo não processado de forma técnica, científica, atenda a essa função que, por ser social, é garantia da construção da cidadania. É exatamente, repita-se, a informação que se organiza, processa-se e se dissemina, após receber o tratamento adequado, que poderá atender ao cidadão em amplo raio de demandas e níveis de compreensão.